



MINUTA DE CONTRATO N. 000/2025 – SEMINFRA.

“CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE URUPÁ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO, E A EMPRESA”.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e cinco, de um lado o **MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF n. 63.787.097/0001-44, com endereço sede na Av. Jorge Teixeira, n. 4.872, Bairro Alto Alegre, Urupá/RO, representado por seu Prefeito, o **Sr. EZEQUIEL SALDANHA**, doravante denominado **CONTRATANTE** com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO**, representada pelo seu Secretário o **Sr. LEONEL TEIXEIRA**, e de outro lado a Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n. . _____, com sede na _____, n. 0000, esquina com Rua _____, Bairro _____ CEP: _____ cidade de _____/RO, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, submetendo as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021, pelo qual é regido o contrato, suas cláusulas e condições, corroborado com as demais normas que regem a matéria em questão, atentando-se aos princípios básico que regem a Administração Pública, entendido o da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, instituindo-se pelas cláusulas a seguir transcritas:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Contratação de empresa especializada para Construção de Ponte Mista de Aço e Concreto, sendo nas seguintes localidades:

LOCALIDADES	EXTENSÃO/LOCALIDADE
PONTE 01 – Linha T-04	Extensão de 15m – 75m²
PONTE 02 – Linha T-04	Extensão de 20m – 100 m²
PONTE 03 – Linha T-10	Extensão de 15m – 75 m²



CLÁUSULA SEGUNDA: A contratada obriga-se dispor de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços constante da cláusula supracitada.

CLÁUSULA TERCEIRA: Este instrumento contratual vincula-se ao edital de licitação da Concorrência n., a Nota de Empenho n., Processo Administrativo n. 515/2024, proposta vencedora, os documentos que os acompanham, independentemente de transcrição.

II - DO VALOR

CLÁUSULA QUARTA: O valor para contratação de empresa especializada na execução da obra pública será de R\$ (___).

CLÁUSULA QUINTA: Os valores originais do contrato poderão, desde que requerido pelo contratado e com periodicidade superior a 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato, sofrer reajuste que objetiva a composição da desvalorização do poder de compra promovida pelos efeitos inflacionários, utilizando o índice IPCA, desde que outro não seja mais benéfico a Administração Pública, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto do art. 25, § 7º da Lei n. 14.133/2021, artigos 2º e 3º da Lei n. 10.192/2001.

III - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA: Nos termos do art. 98 da Lei Federal n. 14.133/21, a CONTRATADA deverá apresentar garantia no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a qual se dará em uma das modalidades abaixo listadas:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



CLÁUSULA SÉTIMA: A garantia deverá ser prestada, no máximo, até a data de assinatura do contrato, oportunizando ainda o prazo de 1 mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, na forma do art. 96, § 3º da Lei 14.133/2021 em caso da escolha da modalidade de seguro garantia.

CLÁUSULA OITAVA: O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

CLÁUSULA NONA: A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

IV – DA GARANTIA ADICIONAL DO LICITANTE VENCEDOR COM PROPOSTA INFERIOR A 85%

CLÁUSULA DÉCIMA: Conforme o disposto no § 5º do art. 59 da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida no ato da assinatura do contrato GARANTIA ADICIONAL do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Para fins de clareza, apresenta-se a seguir tabela exemplificativa considerando um orçamento estimado de R\$ 2.322.773,27 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos):

Proponente	Valor da Proposta	% em relação ao orçamento	Regra Aplicável	Exigência
Empresa A	R\$ 2.397.538,79	95%	Acima de 85%	Sem garantia adicional
Empresa B	R\$ 2.150.213,72	85,2%	Acima de 85%	Sem garantia adicional



Empresa C	R\$ 2.064.407,07	81,8%	Entre 75% e 85%	Exige garantia adicional de R\$ 422.773,27
Empresa D	R\$ 1.738,846,54	68,9%	Abaixo de 75%	Proposta inexequível (mediante a comprovação de exequibilidade)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Desta feita, o valor da garantia adicional será correspondente à diferença de valor entre a proposta final e o valor orçado pela Administração.

V - DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As despesas necessárias para execução da obra são provenientes de recursos próprios e correrá a conta da seguinte programação orçamentária da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, funcional programática:

– Manutenção das vias rurais, elemento de despesa: – Obras e instalações, desdobramento: 91 – Obras em andamento, reduzido n., nos termos da nota de empenho n. e Processo Eletrônico n. 515/2024, os recursos financeiros são provenientes de recursos próprios.

VI - DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O pagamento do preço ajustado será efetuado de acordo com as medições realizadas pelo setor de engenharia, sendo que os valores das planilhas de medições deverão obedecer ao cronograma físico-financeiro, condicionado com a realização dos serviços, *in loco*, devidamente certificado pela comissão permanente de fiscalização e recebimento de obras e serviços diversos de engenharia.

a) A contratada apresentará, nas medições, nota fiscal para liquidação e pagamento das despesas pelo contratante, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, contado da apresentação dos documentos (nota fiscal) ao Departamento de Almoxarifado e Patrimônio do Município de Urupá e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento;



- b) A contratada reserva-se o direito de recusar o pagamento, se no ato da atestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;
- c) Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato;
- d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira;
- e) Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários (CND, CRF, Certidão Municipal) em original ou em fotocópias autenticada, caso haja funcionários;
- f) A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento quer seja parcela quer seja pagamento único.
- g) Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$Em = N \times VP \times I$$

Onde:

Em = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

TX = percentual da taxa anual do IPCA – índice de preços ao consumidor ampliado, do instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE.

- h) O pagamento será realizado pelo contratante nos 30 (trinta) dias subsequentes ao adimplemento, ou seja, do recebimento e aceite provisório ou definitivo da Comissão de Recebimento de Obras em cada parcela ou medição.



i) O prazo para pagamento não poderá ser superior a 30 (trinta) dias conforme prevê a alínea “h” desta cláusula, em caso de pagamento em atraso ou inadimplemento por parte do contratante, deverá ser feita a atualização financeira que prevê a alínea “g”, corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento.

VII - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos dos artigos 124, 125 e 126 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração do contratante com a apresentação de motivações que justifiquem a medida.

VIII - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O prazo previsto para execução dos serviços será de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias contados partir da assinatura do contrato e ordem de serviços, podendo ser prorrogado desde que a contratada requeira com no mínimo 15 (quinze) dias do término, desde que o contratante aceite os motivos para prorrogação.

IX - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O prazo de vigência contratual será contado a partir da assinatura do contrato, com vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado mediante a necessidade.

X – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento pelo titular da pasta e Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO: O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, sendo o Gestor do contrato: o Sr. Osni Izé, portador da cédula de identidade RG n. ***591 SSP/RO e inscrito no CPF sob o n. ***.271.562-**, sendo ainda, designado outro servidor como fiscal o Engenheiro Sr. Phabio Frederico Boa, matrícula n. 7404, conforme dispõe o Decreto n. 097/2021 que trata do Fiscal e Gestor de Contrato.



- a) Durante a vigência deste contrato, a entrega da obra será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, titular da Pasta ou pelo Diretor, podendo ser designado outro servidor para tal, representando o contratante.
- b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante poderão ser solicitadas ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- c) Além do acompanhamento e da fiscalização da entrega, o Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento poderá sustar qualquer defeito que esteja sendo observado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
- d) Não obstante, a contratada seja a única e exclusiva responsável pela entrega da obra, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, reserva-se o direito de em quaisquer circunstâncias restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a construção diretamente ou por prepostos.

XI - DAS RESPONSABILIDADES E DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Pela execução do contrato, a contratada assume as seguintes:

- a) Deverá a contratada cumprir o prazo previsto para entrega da obra, estimada em 240 (duzentos e quarenta) dias, conforme Cronograma Físico-Financeiro.
- b) A contratada é responsável por protocolar o pedido de Alvará de Construção da Obra junto à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
- c) Executar a obra conforme projetos e memoriais descritivos anexos ao processo.
- d) Realizar, quando necessário, levantamentos e estudos complementares pertinentes à execução dos serviços, sem constituir custos adicionais, ou mesmo a prorrogação de seu prazo de vigência.
- e) Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- f) Fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) devidamente registrada por profissional competente para execução da mesma no ato da homologação da Licitação.
- g) Fornecer documentos ao departamento de engenharia sempre que for solicitado.



- h) Corrigir, durante a execução dos serviços, todos os defeitos apontados pela fiscalização, assim como refazer aqueles tidos como impróprio ou mal executados, sem qualquer ônus para a contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação específica para fazê-lo.
- i) Todas as medições seguirão o cronograma físico – financeiro apresentado pela contratante.
- j) Caso a contratada não cumpra com o cronograma proposto, a mesma deverá apresentar uma justificativa expondo os motivos pelo qual não cumpriu com o cronograma, e apresentar novo cronograma, devem ser feitos via ofício direcionados ao Departamento de engenharia.
- k) A solicitação de vistoria e posteriormente liberação das medições deverá ser feita através de ofício, e o mesmo deverá ser encaminhado ao Departamento de engenharia aos cuidados do fiscal designado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- l) As medições somente serão analisadas quando atingirem no mínimo 80% do valor proposto no cronograma da contratante, devendo apresentar correta identificação e assinatura do responsável técnico da empresa.
- m) A contratada deve atender à fiscalização da contratante, sendo o Fiscal de contrato responsável para fazer as vistorias e correções caso seja necessário;
- n) A contratada deve ser responsável pela qualidade dos serviços, bem como pela qualidade dos produtos usados na execução do serviço, no que diz respeito à observância de normas vigentes.
- o) As vistorias realizadas pelo fiscal de contrato deverão ser obrigatoriamente acompanhadas pelo responsável técnico da contratada.
- p) A contratada deve assumir a responsabilidade técnica dos serviços executados.
- q) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- r) Apresentar, durante a vigência do contrato, ritmo de trabalho compatível com a conclusão no prazo previsto para entrega dos serviços.



- s) Submeter-se às normas de segurança do trabalho em vigor, sendo responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente ao seu pessoal, decorrente da função de serviços contratados e/ou por ela causada a terceiros.
- t) Todos os equipamentos e materiais necessários para a execução da obra serão às expensas, custeadas pela contratada.
- u) A empresa contratada deverá manter o diário de obras atualizado diariamente, com informações confiáveis e escrita legível, relativos aos serviços do dia anterior, segundo as orientações da Fiscalização.
- v) Cadastrar a Obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO, junto à Receita Federal do Brasil- RFB;
- w) Cadastrar a Obra de Construção Civil no Sistema Eletrônico para Aferição de Obras - SERO, trata-se de procedimento para calcular as contribuições devidas principalmente do uso de mão de obra na atividade da construção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: O contratante obriga-se a:

- a) Fiscalizar a execução dos serviços e/ou obra;
- b) Determinar a interrupção dos serviços e/ou obra quando não executados na forma avençada;
- c) Determinar o cumprimento das normas legais e contratuais, quando as circunstâncias o exigirem;
- d) Efetuar os pagamentos na forma avençada.

XII - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Deverá a contratada observar também o seguinte:

- a) É expressamente vedado a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do contratante durante a execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) É expressamente vedado a veiculação de publicidade a cerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do contratante;
- c) É vedada a subcontratação de outra empresa para execução dos serviços objeto deste contrato.



XIII - DAS OBRIGAÇÕES DOS DIREITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: são obrigações do contratante:

- a) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada nas dependências do Município de Urupá para execução dos serviços;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos empregados da contratada;
- c) Exercer a fiscalização dos serviços pelos servidores designados na cláusula décima primeira, parágrafo único, deste instrumento;
- d) Efetuar o pagamento nas medições que poderá ser mensal, pela execução dos serviços desde que cumpridas todas as exigências deste contrato;
- e) Comunicar oficialmente a contratada qualquer falha ocorrida, consideradas de natureza grave.
- f) Exigir que a contratada cumpra as disposições contratuais;
- g) Dar condições de desenvolvimento dos serviços a contratada no que tange a execução da obra objeto deste contrato.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: A contratada caberá ainda:

- a) Assumir as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, terminantemente os empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante;
- b) Assumir também as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de trabalho, quando a prestação de serviços ou conexão com eles, ainda que acontecidos em dependência do contratante;
- c) Assumir as despesas de todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionadas à prestação de serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais deste contrato.



e) A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente quaisquer vínculos de solidariedade ativa ou passiva com o contratante.

XV - DA RETENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Por força do disposto no caput do Art. 157 da Instrução Normativa RFB n. 971 de 13 de novembro de 2009, o contratante na contratação de obra de construção civil por empreitada total, não respondem solidariamente pelas contribuições sociais previdenciárias decorrentes da execução do contrato, ressalvados o disposto no inciso VIII do Art. 152 da mesma instrução normativa.

a) O objeto deste contrato incide nas disposições do Capítulo IX da Instrução Normativa RFB n. 971 de 13 de novembro de 2009, a contratada só perceberá pagamento precedido de retenção de 11% (onze por cento) de acordo com as regras do Art. 112 caput c/c artigo 117 inciso III e art. 122, §1º, inciso I, com base de cálculo 50% (cinquenta por cento) do valor da obra, fulcro do art. 121, §2º da Lei n. 14.133/2021;

b) Caso a contratada preencha os requisitos de dispensa de retenção do art. 120 deverá apresentar as documentações necessárias exigidas nos §§1º, 2º e 3º da IN RFB n. 971/09, antes do primeiro pagamento, para ser apreciado pelo contratante, fulcro no art. 121, §2º da Lei n. 14.133/2021;

c) Para o efetivo pagamento, a empresa contratada deverá apresentar planilha, constando os valores de serviços separadamente dos valores dos materiais, para fins de retenção da previdência social, sem a qual, o pagamento não poderá ser efetuado, com fulcro no art. 121, §2º da Lei n. 14.133/2021.

XVI - DOS DIREITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: São direitos do contratante:

a) Recusar os serviços em qualquer fase de execução, quando não obedecidos às cláusulas, condições ou critérios técnicos;

b) Requisitar informações de cunho técnico, operacionais ou trabalhístico a contratada;



Impor as penalidades previstas, inclusive à rescisão;

c) Reter o pagamento da parcela ou parcialmente, correspondente a serviço que por motivo injustificável e de total responsabilidade da contratada, ocasione o mau funcionamento, a paralisação do desempenho dos serviços, ou ainda quando não executado em conformidade com o ajustado condicionando o restabelecimento da situação de normalidade, para posterior pagamento;

d) Rejeitar no todo ou em parte obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, conforme dispositivo previsto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: São direitos da contratada:

a) Executar os serviços e/ou obras em conformidade com o ajustado;

b) Ser previamente comunicado dos fatos que suspendam a execução dos serviços e/ou obra;

c) Solicitar informações técnicas sobre a continuidade do serviço e/ou obra, quando a circunstância o exigir;

d) Receber o pagamento na forma avençada.

XVII – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com o Município de Urupá, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às cominações previstas no edital, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, garantida prévia e ampla defesa por parte do contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme artigo 156 e seguintes da Lei n. 14.133/2022 que, entre outras, poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:



a) 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;

b) 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

XVIII - DA RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: A inexecução total ou parcial pela contratada de qualquer cláusula ou condições deste contrato implicará na sua rescisão, conforme dispostos nos artigos 137 e seguintes da lei n. 14.133/2021, em procedimentos próprios nos autos que estiver inserido este instrumento de contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão contratual poderá ocorrer, com fulcro no art. 138 e seguintes da lei n. 14.133/2021 da seguinte forma:

a) Rescisão administrativa unilateral ou consensual será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, reduzida a termo no processo Administrativo, desde que haja conveniência para a Administração do contratante;

b) Determinada por decisão Judicial e Arbitral, nos termos da legislação vigente sobre a matéria, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Em caso de rescisão, a contratante porá termo à execução do contrato e assumirá o seu objeto, independentemente de ordem ou decisão judicial, cujo ato será consubstanciado em termo pela Secretaria interveniente, no qual se descreverá o estado em que se encontra a obra e indicação dos motivos e disposições normativas ou contratuais que embasar a rescisão.



XIX – DO REAJUSTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: O preço contratado será reajustado, com fundamento no art. 25, caput e § 7º, e no art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, observados os critérios estabelecidos no edital, nesta cláusula e na legislação aplicável, utilizando-se como índice de reajustamento o INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O reajuste de preços será processado mediante solicitação da CONTRATADA ou de ofício pela CONTRATANTE, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses e instruído com memória de cálculo que demonstre, de forma clara, a aplicação do INCC, na forma do item anterior, vedada a utilização de índices diversos daqueles previstos no edital e neste contrato, em atenção ao art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constitui irregularidade a concessão de reajuste em desconformidade com os parâmetros legais (especialmente quanto ao índice e à periodicidade mínima anual) e com as regras previstas no edital e neste contrato, sujeitando-se os responsáveis às sanções cabíveis, na forma do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da nulidade dos atos e da recomposição dos valores eventualmente pagos a maior.

XX - DA FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: Ocorrendo fato novo, decorrente de força maior decorrente de evento humano ou caso fortuito decorrente de evento da natureza, nos casos previstos em legislação, que obste o cumprimento das obrigações convencionadas, a contratada ficará isenta das penalidades, desde que devidamente certificada esta situação, pela fiscalização da contratante.

XXI - DO EXAME ENTREGA E RECEBIMENTO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: A Comissão de Recebimento de Obras e serviços, fiscalizará, examinará e receberá os serviços, cuja comprovação será efetuada por um representante da



contratada, mediante apresentação de nota fiscal e relatório fotográfico dos serviços prestados no decorrer de cada mês.

XXII - DA REJEIÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O contratante, através da Secretaria interveniente, assiste ao direito de recusar qualquer serviço em qualquer fase de execução ou depois de concluído, caso não estejam em conformidade com o ajustado, mediante ato de devolução emitida pela fiscalização com a entrega e recebimento à contratada, onde se consignarão os motivos do ato.

XXIII – DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: Os casos ou situações não explicadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/2022 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

XXIV - DO FORO COMPETENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça comum, no Foro da Cidade de Alvorada do Oeste/RO com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes.

Urupá/RO, 16 de setembro de 2025.

EZEQUIEL SALDANHA

Prefeito do Município de Urupá-RO
CONTRATANTE

CONTRATADA

LEONEL TEIXEIRA

Secretário Mun. de Infraestrutura e Desenvolvimento
INTERVENIENTE

Dr. JOHNATAN SILVA DE SOUSA

Procurador do Município de Urupá
OAB/RO 8732